

**Comércio informal, segregação sócio-espacial e memória urbana: repensando as temporalidades do espaço urbano em São Paulo na década de 90.**

Verônica Sales Pereira\*

**RESUMO**

A cidade de São Paulo, no final da década de 90, foi objeto de projetos de “revitalização urbana” do seu centro antigo tendo como pano de fundo a busca de sua elevação ao posto de cidade global. A municipalidade (entre 1997 e 2000) tentou a retirada do comércio informal das ruas, transformando-as em palco de conflitos que culminaram com a abertura de uma CPI cuja repercussão foi nacional. O lugar onde estes conflitos se acirrou foi o bairro do Brás, caracterizado pelo “multiculturalismo”, pela informalidade e pela precariedade tanto no trabalho como na moradia. Abordaremos os significados da reconstrução da memória pelos ambulantes a fim de legitimar o direito à apropriação do espaço público urbano e os limites interpretativos da literatura sociológica ao não problematizar as questões da temporalidade e da memória urbanas nestes processos.

**Palavras-chave:** ambulantes – memória urbana – revitalização

**ABSTRACT**

The city of São Paulo, in the 90's, was the subject of many urban renewal projects of downtown areas, aiming the position of global city. The city hall (between 1997 and 2000) tried to expel street vendors of the streets. The place of the struggles was the Brás district, characterized by the multiculturalism and the population that works and/or lives precariously, informally and illegally. We will discuss the meanings of the memory in the experiences of the street vendors to legitimize the right to the urban public space, and the interpretative limits of the sociological literature to approach temporalities and urban memories in this process.

**Keywords:** street vendors – urban memory – urban renewal

**O “Projeto Dignidade”: a revitalização higienista**

*“Eles vão limpar a rua como se fôssemos entulho.”*

**(Esmeraldo, ambulante do Brás)**

A revitalização das áreas centrais da cidade - avenida Paulista, áreas da Sé e República - foi uma das principais marcas da gestão do prefeito Celso Pitta do PPB (1997-2000). Estas intervenções tinham como instrumento a Operação Urbana Centro, que flexibiliza o zoneamento no centro e incentiva a preservação do patrimônio histórico arquitetônico e urbanístico, para estimular os investimentos imobiliários, culturais e turísticos, tornando aquela região condizente com o papel de cidade mundial que São Paulo deveria assumir (OUC, 1997). Esta operação era gerida pela prefeitura através do Procentro, Programa de Revalorização do Centro, articulado a Associação Viva o Centro, encabeçada pelo Bank of

---

\* Centro Universitário Belas Artes

Boston e que congrega interesses de proprietários urbanos, representado pelo capital financeiro e comercial, em torno de projetos de revalorização da área central (FRUGOLI JR, 2000).

“Limpar” o centro: com este anúncio, visando recuperar “o cartão postal da cidade”, Pitta dá início, em outubro de 1997, ao “Projeto Dignidade”, intervenção higienista de expulsão camelôs, meninos de rua, mendigos e desocupados da Praça da Sé, através da Guarda Civil Metropolitana (GCM) e Polícia Militar.

### **A formação dos conflitos: o Brás<sup>1</sup>**

Neste contexto, o bairro do Brás ao longo de 1998 emergiu como um verdadeiro campo de batalha entre a força policial e os ambulantes, com confrontos de rua, fechamento das lojas, interrupção do trânsito e tombamento dos carros de fiscalização municipal. Desde prisões até ferimentos à bala fizeram parte desses episódios, que culminaram com uma greve de fome dos ambulantes, a reabertura de uma CPI a partir de denúncias dos ambulantes do Brás, - que apontavam um esquema de corrupção que envolvia a prefeitura, alguns vereadores e a Associação Comercial do Brás (Acob) e cuja repercussão foi nacional -, até atentados e assassinatos de lideranças sindicais.

Na raiz deste acirramento estava a transferência pela prefeitura, dos ambulantes da região Sé para o bolsão do largo da Concórdia, no Brás, e o remanejamento dos ali já instalados, alguns há cerca de dez a quinze anos, para o bolsão do metrô Brás, isolado do fluxo de pessoas. Confrontavam-se assim, os ambulantes, liderados por Afonso José da Silva, presidente do Sindicato dos Camelôs Independentes do Brás, e por outro lado, a prefeitura, intransigente em negociar contrapropostas, pois considerava-os “irregulares”, apoiada pela Acob.

### **O trabalho: a rua como lugar de sobrevivência**

Para Afonso, o trabalho era o elemento central na construção da identidade política. O conflito tinha um caráter de classe, no qual o sindicato reivindicava o *direito ao trabalho*, frente à aliança formada entre a Acob e Prefeitura..

Este conflito expressava uma dupla exclusão, a do mercado formal de trabalho e da própria rua. A transferência para os bolsões e os Pop Centers representava, segundo Afonso, um “confinamento” dos camelôs em pontos sem o fluxo de pessoas que a rua proporcionaria.

---

<sup>1</sup> A reconstrução destes acontecimentos encontra-se em Pereira (2002).

### **Em busca de um lugar no espaço: os nordestinos**

Destacam-se na linguagem da liderança, mas com um conteúdo muito mais explícito e até contundente entre os associados, os discursos regionalista e nacionalista que demarcam positivamente a identidade nordestina e brasileira frente ao fato de não terem direito a trabalhar nas ruas do que seria o seu próprio país, ao contrário de imigrantes estrangeiros, no caso, libaneses, os lojistas vistos como “donos do bairro”. Esta demarcação se faz também em relação ao poder público<sup>2</sup>, que reitera tal discriminação em relação a população migrante nordestina ao não reconhecer seus direitos civis e políticos. Segundo Afonso, “os políticos espalharam um boato” de que o ambulante “não vota, justifica”, daí o uso da repressão policial sem os eventuais riscos eleitorais que ela traria.

O trabalho é o elemento a ser apropriado na construção da identidade nordestina. A visão da liderança apenas reproduz uma das visões que os associados também tinham.

*Você fala que os libaneses têm um pouco de simpatia [aos nordestinos]. Por quê?*

“Talvez por saber que nós somos trabalhadores, somos na grande maioria honestos, e somos pessoas batalhadoras, porque na verdade os grandes prédios, as pistas, asfaltos, rodovias, tudo o que é construído aqui na cidade de São Paulo em seu grande percentual é pelas mãos dos nordestinos. Então o nordestino aqui em São Paulo tem que ter orgulho de ser nordestino e fazer igual eu, repetir toda hora “Eu sou pernambucano”, e pronto!” (Afonso)

A identidade nordestina ganha o status de cidadania quando o cidadão é associado ao *homo faber* (ARENDR, 1991), o artífice - o trabalhador da construção civil. A atividade do *homo faber* é o trabalho, cuja condição humana é a “mundanidade”. Esta se refere a um mundo histórico produzido pelo artifício humano. Constitui a morada dos indivíduos, mas transcende-os ao sobreviver a várias gerações, suportando as transformações, a mobilidade, a contingência, não se reduzindo às necessidades físicas e biológicas, nem à instrumentalidade e utilidade.

A busca do lugar no passado remete assim, à história da cidade. É possível reconhecer-se no seu passado, pois ela é a materialização do trabalho de um grupo e como tal, reflete sua imagem. (HALBWACHS, 1990): a dos migrantes nordestinos, trabalhadores da construção civil. A arquitetura verticalizada dos edifícios e o urbanismo das grandes vias de circulação, que a partir dos anos 50 passam a dar uma nova feição moderna à cidade, têm uma função memorial. Assim, a fala do ambulante aproxima-se da concepção de J. Ruskin sobre o patrimônio histórico urbano, ainda que o autor se refira à cidade pré-industrial. Este lhe confere um atributo moral, pois produto do trabalho do homem comum e anônimo. A cidade

---

<sup>2</sup> Inúmeras vezes os representantes do poder público naquela ocasião referiam-se de maneira discriminatória, usando critérios como “pertencer” ou não à cidade. Ver Pereira (2002)

em sua totalidade, e não só seus edifícios, é segundo esta concepção, um verdadeiro monumento, um patrimônio “intangível”. (CHOAY, 2000)

A referência a este passado torna-se expressão simbólica da construção (sempre ameaçada) de pertencimento à cidade, seja de um ponto de vista urbano, pois nela o espaço ambulante só é tolerado enquanto elemento transitório, o que não ocorre quando almeja a fixação (COSTA, 1989), seja de um ponto de vista político, ao não se criar um espaço simbólico que dê sentido à alteridade.

### **Em busca de um lugar no tempo: os ambulantes**

A referência ao passado é evocada por Afonso em outro momento, em 2002, não mais como liderança sindical, mas como postulante a uma vaga na Assembléia Legislativa, e portanto, com um discurso mais abrangente. Ele cita uma pesquisa de sua própria iniciativa acerca dos ambulantes na história da cidade. Após repertoriar os léxicos para ambulante, toma como marco inicial a libertação dos escravos, passa pela origem de alguns topônimos da cidade, faz referência à imigração libanesa, e a existência um suposto conflito já no século XIX. Na parte final, Afonso descreve sua biografia inserida na história do sindicato e dos conflitos ocorridos no Brás na década de 90<sup>3</sup>.

*Por que o interesse fazer o histórico ?*

“Como é que eu posso defender [os filiados, associados] alguém que eu não conheço e não conheço a sua história e a sua origem? Então o meu interesse em me aprofundar na questão de como surgiu os primeiros camelôs na cidade de São Paulo é pra *saber como defender*. Então, por conta disso, por ser defensor da categoria eu tenho que no mínimo conhecer. (...)” (Afonso)

*Como foi sua experiência em fazer esta pesquisa ?*

“Eu fiquei surpreso. Porque eu sei que o comércio ambulante vem desde a época de Cristo. Apesar de que, segundo a história, Cristo não gostava de camelôs, principalmente quando ia vender dentro do templo. Então nós já vínhamos meio que sofrido desde essa época. Mas aqui especialmente na cidade de São Paulo, eu não tinha profundo conhecimento onde que ele nasceu, onde... E quanto tempo! *Nós somos centenários!* Então isso pra mim foi uma surpresa bastante agradável.” (Afonso)

A história é narrada em três níveis: a história coletiva, de um passado distante e a história pessoal - enfatizando a migração e a trajetória profissional no comércio ambulante – e o entrelaçamento de ambas. Para além das conotações personalistas e políticas de sua candidatura, a apropriação do passado revela, assim, uma dupla “descoberta”: a existência dos ambulantes na história, o que o permite estabelecer uma relação de continuidade entre o passado distante e o presente e, neste sentido, de enquadrar a biografia nesta continuidade, reconhecendo-se como sujeito histórico. A articulação entre o passado histórico e sua

---

<sup>3</sup> Uma parte expositiva explica a importância da economia informal na cidade, com a apresentação de um projeto de regulamentação do comércio ambulante.

memória pessoal legítima assim, o lugar de liderança frente aos ambulantes e o lugar dos ambulantes na história da cidade.

### **A emergência dos conflitos e a sua interpretação sociológica**

A rua, enquanto lugar de sobrevivência, não se resume a um espaço da pura satisfação das necessidades materiais (PERROT, apud PECHMAN, 1994), mas onde estas são transfiguradas por redes de relações, pela formação de uma sociabilidade que constitui as chamadas “culturas de rua” ou “territórios”.

Frúgoli (1995), faz uma correlação entre a migração nordestina e o tipo de sociabilidade entre os ambulantes:

“A chegada dos nordestinos gerou uma espécie de “comunidade informal” das ruas, num cenário urbano em franca deterioração, cuja organização passa pela combinação de princípios de solidariedade com outros de hierarquia em moldes tradicionais e clientelistas, na formação de estratégias sociais de sobrevivência. Tal ocupação do espaço pressupõe a combinação da formação de certos “pontos” - onde confluem a lógica do poder e a da violência - com outro princípio presente no meio urbano, o da “itinerância” (FRUGOLI JR, 1995)

Não se pode ignorar a existência dessas relações, o clientelismo, o paternalismo, e a hierarquia, que incluem até homicídios<sup>4</sup>, mas torna-se problemático associá-las a um grupo, ou a princípios “tradicionais”, quando trata-se antes, de práticas da sociedade brasileira como um todo e do Estado.

Em outro momento, o autor caracteriza estas “culturas de rua”: avessas à institucionalização, regidas por princípios informais, baseiam-se na “apropriação privada” do espaço público nos limites da legitimidade, na transgressão, sempre em conflito com a ordem estabelecida pelo poder público. As manifestações coletivas que emergem desta “cultura de rua” são associadas às “ações diretas”: expressão de revolta como saques, depredação, destruição de patrimônio e equipamentos simbólicos, feitas por massas anônimas, incapazes de se organizar politicamente e se constituir enquanto sujeitos coletivos definidos, ações estas que lhes dariam visibilidade (idem). O contexto a que o autor se refere é o de uma manifestação de ambulantes no largo da Concórdia em 1991 contra um rapa, em defesa da regularização daquele comércio, na qual o ambulantes reivindicavam ‘*Queremos pagar imposto, não subornar a Regional*’/‘*Todos nós temos família*’/‘*Queremos trabalhar*’ (FRUGOLI JR, 1995- grifos meus), o que traduziríamos, respectivamente, como a legalização do comércio ambulante e o fim do clientelismo e da corrupção no poder público e a defesa do direito ao trabalho.

---

<sup>4</sup> A corrupção e o clientelismo envolveu o assassinato de dois dirigentes, que também cobravam propinas, mas também fizeram denúncias.

Tanto a “cultura de rua” quanto as suas formas de manifestação são marcadas para o autor, pela *negatividade*, reforçada quando a esta é contraposta uma “cultura pública”, cuja “diferença de qualidade”, em relação à primeira seria “flagrante”. Desqualificam-se, assim, os sentidos dos conflitos a partir de um *dever ser* quanto à organização e às formas de ação dos ambulantes, extraindo-lhes o significado político.

Vale lembrar, a este respeito, os sentidos que a organização popular pode ganhar. Bakhtin, no contexto do renascimento, revela que a multidão organizada à maneira popular possui uma realidade concreta e sensível, “até mesmo o ajuntamento, o contato físico dos corpos, que são providos de um certo sentido. O indivíduo se sente parte indissolúvel da coletividade, membro do grande corpo popular (...) Ao mesmo tempo, o povo sente a sua unidade, e sua comunidade concretas, sensíveis, materiais e corporais” (BAKHTIN:1999, 222).

Já no contexto da modernidade do século XIX, Benjamim (1991) aponta como o anonimato na metrópole moderna também representa uma proteção do indivíduo, que bem poderia dificultar, no caso aqui descrito, a repressão e a identificação policial.

No estudo de E. P. Thompson (1989), sobre os “motins” na Inglaterra pré-industrial, o autor embora não lhes descreva como “políticos” num sentido progressista, isto não significa que fossem apolíticas, pois pressupunham uma noção de bem público: a defesa de direitos e costumes tradicionais, cuja legitimidade baseava-se nas normas e obrigações sociais prescritas pela tradição paternalista e que regulavam as várias dimensões da vida social.

A despeito da distância histórica destes contextos, estas interpretações nos chamam a atenção para o sentido que o “político” pode ter (LEFORT, 1991): na multiplicidade das formas de organização e ação da sociedade, que escapa ao modo de aparecer do político inscrito nas instituições, e na capacidade de interpretação e julgamento dos sujeitos individuais e coletivos sobre a sua própria experiência social, a partir da discriminação entre a legitimidade e a ilegitimidade, o justo e injusto, o lícito e proibido, a verdade e a mentira, a busca de poder ou de interesse privado e a busca do bem comum.

Ao se considerar essas manifestações como meramente “reativas”, projeta-se um ideal de esfera pública política burguesa (HABERMAS, 1984) sobre estas “culturas de rua” que, por serem constituídas a partir de uma sociabilidade tradicional marcada por traços autoritários ou por não serem institucionalizadas, estariam desde já condenadas à “invisibilidade” ou à impossibilidade de criar um espaço público político que romperia as situações de ilegalidade e injustiça vividas.

Perde-se de vista algo que está historicamente enraizado na constituição do espaço público político brasileiro e que se revela no imaginário das cidades: a dificuldade de se criar na cidade “um lugar simbólico legítimo para acolher as diferenças” (PAOLI, 1989), capaz de dar sentido à alteridade - ao reconhecimento do outro enquanto um sujeito político -, ao conflito e à negociação.

### **A organização da “bagunça” nas ruas**

A institucionalização dos setores organizados dos ambulantes quando na fundação de seu sindicato não foi suficiente para que *aparecessem* no espaço público político (ARENDDT, 1991) e tivessem sua *fala* e *ação* legitimadas pela sua contraparte, na medida em que não houve o seu reconhecimento enquanto trabalhadores. Em face do autoritarismo do poder público, as manifestações dos ambulantes tornam-se uma maneira de dar forma *visível* e *audível* não apenas às suas reivindicações, mas a sua própria existência enquanto sujeito coletivo. Ganhar existência no mundo da aparência, fazer-se ouvir e falar, é ressignificar a “desordem”, o “quebra-quebra” enquanto um modo de reconhecimento público, conferindo-lhes um novo sentido, que é o da encenação<sup>5</sup>.

Um ano depois, após aqueles episódios e do seu atentado, Afonso narra, num tom de quem revela uma transgressão cômica e lúdica, a montagem das estratégias de organização dos protestos em 1998<sup>6</sup>.

Num dos protestos, pneus velhos foram roubados na madrugada por membros do sindicato. No início da manhã, às 6:25, os grupos colocavam rapidamente os pneus nas ruas centrais do bairro. Às 6:30 o estouro de um rojão era o aviso para que cada grupo posicionado em cada rua incendiasse os pneus. Ao mesmo tempo, os associados ligavam do orelhão para a imprensa. Faziam então passeata até a Praça da Sé, e depois retornavam ao Palácio das Indústrias, no Brás, sede da prefeitura, quando acampavam em frente. O cheiro dos pneus queimados e a fumaça, chegavam até à sede da Prefeitura. Isso tudo para que a polícia não chegasse antes e impedisse a paralisação do trânsito e a passeata.

A temporalidade do bairro é mobilizada invertendo a organização espacial dominante: as as ruas, voltadas para o fluxo rápido dos automóveis, dá lugar ao passo lento de pessoas; o

<sup>5</sup> Noção desenvolvida por Bakhtin, na encenação é a própria vida que representa e interpreta uma outra forma de sua realização – ou no caso dos camelôs, da sua não realização. Ela remete a três planos: o cotidiano, o político, o carnavalesco. Ela é desenvolvida no plano não-institucional, há uma dualidade entre institucional e não institucional, não há distinção entre arte/vida; atores/espectadores, não se colocando o palco como fronteira espacial entre ambas.

<sup>6</sup> A entrevista foi realizada de forma sigilosa após o atentado, em 1999. À época, me foi pedido para que o gravador fosse desligado e a narrativa foi feita em off. Apenas em 2001, Afonso deu-me permissão para revelá-la.

estampido do rojão, o aviso para a ação, entre celebração da festa e o tiro de uma arma; os pneus, para fazer rodar os carros, transformam-se em barricadas de borracha e fogo para impedi-los; os telefones públicos, garantia de vocalização e visibilidade propiciada pela mídia, independente de sua posição no conflito, e ao mesmo tempo a proteção do anonimato.

Essas manipulações paralisam uma temporalidade linear, homogênea (BENJAMIN, 1985), expressa num espaço uniformizado e homogeneizado pelo capital e pelo Estado, que ao abstrair as memórias arcaicas (CAUQUELIN, 1982) é implodido por elas, no momento em que elas eclodem.

Outras passeatas eram iniciadas pacificamente. Todavia, o intuito era que os comerciantes fechassem as lojas. No meio da passeata, Afonso dava um grito e saía correndo para uma direção. Era dado o aviso. Todos saíam correndo também tumultuando as ruas. Isto porque, segundo ele, uma passeata disciplinada, apenas com palavras de ordem não teria muita repercussão, não sendo capaz de mobilizar a contraparte, nem propiciar a visibilidade do movimento. Em outros momentos, após as negociações fracassadas com a Acob, membros do sindicato atiravam ovos e tomates nos interlocutores enquanto Afonso pedia para que não o fizessem - a repreensão da liderança era o código para os membros para que continuassem a fazê-lo. Segundo Bakhtin, (1999) o grito emitido pela multidão, no meio da multidão e dirigido a ela, revela o outro sentido do pregão, a mediação entre o emudecimento político e a falação cotidiana do mercado.

Estas encenações mudavam do registro da comédia para o drama quando da greve de fome. A voz emudecida passa a ser expressa pelo corpo: os corpos da “massa” como manifestação de força (o fechamento das lojas); o corpo supliciado enquanto representação da resistência (o uso das correntes presas às mãos e pés, acorrentar-se ao postes ou a uma cruz de madeira, sair da rua só “esquartejada”, como esbravejou dona Cleide, uma ambulante do Brás); o corpo penalizado como ato radical (a greve de fome); e, por fim, o corpo como imagem do sujeito que reivindica não ser um cidadão da *pólis*, da cidade - pois nesta não se reconhece o “direito a ter direitos” -, mas da nação, ao cobrir-se com a bandeira brasileira, passando a ser a última fonte, ao menos simbólica, de cidadania. O corpo acorrentado torna-se o único lugar de representação do desejo de enraizar-se, do direito a um “lugar no mundo” (ARENDR, 1991). Numa topografia corporal (BASTIDE, 1970), a memória é encenada e teatralizada e o tempo cíclico da vida natural e biológica eleva-se à concepção histórica do tempo, em suas características de exagero, hiperbolismo, profusão, excesso (BAKHTIN, 1999) - o corpo acorrentado e esfomeado, enfim, supliciado materialmente e imaginariamente

(o corpo esquadrejado). Enraizamento, todavia, que vai ser transfigurado pelo poder público, a partir dos princípios de confinamento e segregação.

## **Bibliografia**

Andrade, Carlos Roberto M. Confinamento e deriva: sobre o eclipse do lugar público na cidade moderna. In: Souza, Célia F. & Pesavento, Sandra Jatahy. *Imagens urbanas – os diversos olhares na formação do imaginário urbano*. Porto Alegre: Editora da UFRS, 1997.

Arendt, Hannah. *A Condição Humana*, Forense Universitária, RJ, 5<sup>a</sup> ed. 1991.

Bakhtin, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento. O contexto de François Rabelais*. São Paulo. HUCITEC/ Ed. da Un. de Brasília. 1999.

Bastide, Roger. *Mémoire collective et sociologie du bricolage*. s/d

Benjamin, Walter. *Obras escolhidas. Obras escolhidas III. Charles Baudelaire. Um lírico no auge do capitalismo*. 2<sup>a</sup> Ed. São Paulo. Brasiliense. 1991.

Bógus, Lúcia M. Machado & Taschner, Suzana Pasternak. São Paulo: velhas desigualdades, novas configurações sociais?. XXII Encontro Anual Anpocs, Caxambu, 1998.

\_\_\_\_\_. São Paulo: desigualdade e segregação. *Site internet*, s/d.

Cauquelin, Anne. *Essai de Philosophie Urbaine*. Paris. Presses Universitaires de France. 1982.

Choay, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo. Editora Liberdade/ Editora UNESP, 2001.

Costa, Elizabeth Goldfarb. *Anel, cordão, perfume barato. Uma leitura do espaço do comércio ambulante na cidade de São Paulo*. São Paulo, Nova Stella/EDUSP, 1989.

Frúgoli Jr., Heitor. *Espaços Públicos e Interação Social na Cidade de São Paulo: Marco Zero/Sesc*, 1995.

\_\_\_\_\_. *Centralidade em São Paulo. Trajetórias, conflitos e negociações na metrópole*. São Paulo. Cortez/Edusp/Fapesp, 2000.

Habermas, Jurgen. *Mudança Estrutural na Esfera Pública*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.

Halbwachs, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo, Vértice, 1990.

Lefort, Claude. *Pensando o Político. Ensaio sobre democracia, revolução e liberdade*. São Paulo: Paz e Terra, 1991

Nora, Pierre. *Entre Memória e História: A problemática dos lugares*. in Projeto História v. 10 pg. 7-28. São Paulo - Editora da PUC. 1981.

Paoli, Maria Célia. “Conflitos sociais e ordem institucional: Cidadania e espaço público no Brasil do século XX”. *Revista da OAB*. São Paulo: Brasiliense, nº 58, 1989.

Pechman, Robert Moses. Os excluídos da rua: ordem urbana e cultura popular. In: *Imagens da Cidade – séculos XIX e XX*. Org. Bresciani, Stella. São Paulo: ANPUH –SP/Marco Zero/FAPESP, 1994.

Pereira, Verônica Sales. Brás, Canteiros da Memória na Modernidade de São Paulo. São Paulo, Dep. Sociologia FFLCH – USP, Tese de doutorado.

Perrot, Michelle. *Os Excluídos da História*. Ed. Paz e Terra, 1988.

Véras, Maura P. Bicudo. *O Bairro do Brás em São Paulo: um século de transformações no Espaço Urbano ou diferentes versões da segregação social (1890-1990)*. SP –1991 PUC. Tese de doutoramento.

Thompson, E.P. *Costumes em Comum*, São Paulo, Cia das Letras, 1998.

Periódicos:

Folha de São Paulo